

# RADAR FEMINISTA

DO CONGRESSO NACIONAL

DE 24 A 28 DE AGOSTO DE 2020

O caso da menina violentada desde os 6 anos pelo tio, que engravidou aos 10 em decorrência do estupro, tomou conta do noticiário e das redes sociais na semana passada. E, como era de se esperar, toda a vez que algo mobiliza a sociedade são apresentadas inúmeras proposições sobre o tema. Só na semana passada foram mais de 20 e o próximo Radar com certeza ainda terá outra leva.

Chama a atenção que os parlamentares saiam apresentando novas propostas, sem antes olhar para as já existentes, muitas delas paradas há anos na Câmara ou no Senado. A maioria das novas propostas apresentadas aumentam as penas, propõem a castração química e preveem diferentes sanções. A punição é o foco. Não seria importante reforçar legislações e políticas preventivas para que a ocorrência de casos diminuísse?

O caso colocou em debate o direito legal ao aborto e os permissivos garantidos por lei. E mesmo se tratando de uma criança de apenas 10 anos, parlamentares fundamentalistas seguem afirmando que supostos interesses do feto são equivalentes aos de uma vida plena. Não é atoa que um parlamentar do PSL apresentou requerimento para retomada da tramitação da PEC181/15, conhecida como "Cavalo de Troia" pela manobra fundamentalista que tenta incluir o direito à vida desde a concepção em uma PEC que trata de licença maternidade! Nesses anos, o movimento feminista tem denunciado o absurdo da emenda proposta e trabalhado para sua rejeição.

O País ultrapassa 3 milhões e 600 mil pessoas infectadas e mais de 115 mil mortes e o Ministério da Saúde segue com um ministro General interino há mais de 3 meses. Enquanto isso o governo "toca a vida" e concentra esforços na busca de apoio para a implementação reformas que mantem privilégios e ampliam desigualdades. A proposta de orçamento é um triste retrato do que estamos vivendo: destina mais recursos para Ministério da Defesa do que para o Ministério da Educação.

## PROPOSTAS APROVADAS

A Câmara aprovou o REQ 2159/2020, de autoria da deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS), para Moção de Aplauso aos trabalhadores e trabalhadoras da saúde do Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM), no estado de Pernambuco. No dia 16 de agosto atuaram para garantir pleno direito ao aborto para a criança de 10 anos, como consta na lei. Inúmeros requerimentos para coautoria da proposta foram apresentados. Aprovado também o RQS 1984/2020, de autoria do senador Fabiano Contarato (REDE/ES), que inseriu em ata voto de solidariedade a todas as crianças vítimas de violência sexual.

## EM PAUTA NA SEMANA

Entre as propostas em discussão na semana, o PL 4.749-A/2016, de autoria da deputada Rosângela Gomes (PRB/RJ) e do deputado Roberto Alves (Republic/SP), que tipifica a conduta do parente da vítima, consanguíneo ou por afinidade, do médico, da autoridade religiosa, do professor ou do responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino que deixa de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos ou de abuso sexual contra criança ou adolescente, além de exacerbar a punição desses delitos caso praticados no âmbito de instituição de saúde, religiosa, educacional, de assistência social ou recreativa, públicas ou privadas. A proposta tem parecer da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação deste, com emendas; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo. A proposta tramita com vários projetos apensados.

Em pauta também o PL 1.622/2020, de autoria da deputada Carmem Zanotto e mais 8 parlamentares, que altera a Lei 13.979 de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade da notificação compulsória e imediata dos diagnósticos de casos de síndrome respiratória aguda assim como dos casos suspeitos e confirmados da COVID-19. A proposta tramita com mais de uma dezena de proposições apensadas. E o PL 2.949/2020, de autoria do deputado Idilvan Alencar (PDT/CE) e mais 18 parlamentares, que dispõe sobre a Estratégia para o Retorno às Aulas no âmbito do enfrentamento da pandemia do coronavírus (Covid-19).

## EM PAUTA NA SEMANA

No Plenário do Senado está prevista a discussão da PEC 26/2020 (PEC do FUNDEB), de autoria da deputada Raquel Muniz (PSC/MG). A proposta altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O parecer é pela aprovação do texto oriundo da Câmara.

## NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

### PROTEÇÃO PARA OS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE QUE REALIZAM O ABORTO LEGAL

A deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP), nova líder do PSOL, apresentou o PL 4297/2020, para criar zona de proteção no entorno dos estabelecimentos de saúde que prestam o serviço de aborto legal e serviços que prestam atendimento especializado a mulheres vítimas de violência sexual.

Carla Dickson (PROS/RN) e Carmen Zanotto (Cidadania/SC) requeriram a coautoria do Projeto de Lei nº 3391, de 2019, apresentado pelo deputado Fábio Farias (PSD/RN). O projeto tenta garantir a assistência psicológica às mulheres que sofreram aborto espontâneo, nos casos permitidos em Lei ou na ocorrência de óbito perinatal.

### FUNDAMENTALISTAS SE MOVIMENTAM PARA DAR ANDAMENTO A MATÉRIAS E IMPEDIR A REALIZAÇÃO DO ABORTO PREVISTO EM LEI

Deputado quer ressuscitar a PEC 181, conhecida como "Cavalo de Troia". De novo a manobra fundamentalista para tentar incluir o direito à vida desde a concepção na proposta, já que a PEC trata da licença maternidade. O REQ 2215/2020, apresentado pelo Deputado Felipe Francischini (PSL/PR), requer a criação da Comissão Especial para discutir o tema.

## NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

### UMA DEZENA DE NOVAS PROPOSTAS ALTERAM A LEGISLAÇÃO PENAL PARA AUMENTAR AS PENAS NOS CASOS DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL

PL 4301/2020 (Rejane Dias - PT/PI), aumenta a pena dos crimes cometidos contra crianças menores de 12 (doze) anos; PL 4245/2020, (deputado Carlos Jordy - PSL/RJ), PL 4267/2020 (deputado Júlio Delgado - PSB/MG) e PL 4271/2020 (deputado Delegado Antônio Furtado - PSL/RJ) aumentam as penas no caso de estupro de vulnerável; PL 4265/2020 (deputado Júlio Delgado - PSB/MG) incluindo pena de reclusão para estupro de vulnerável, se deste ocorrer gravidez. PL 4285/2020 (deputado Capitão Alberto Neto - REPUBLIC/AM), torna imprescritíveis os crimes de estupro e estupro de vulnerável; PL 4299/2020 (deputada Rejane Dias - PT/PI), tipifica o crime de pedofilia.

A deputada Margarete Coelho (PP/PI) apresentou duas propostas, o PL 4290/2020, que altera o Código Penal para incluir como feminicídio a conduta daquele que mata a mulher abusando da relação de confiança ou valendo-se de qualquer relação de autoridade que mantinha com a vítima, seja em que situação for; e o PL 4287/2020, Coelho (PP/PI), que inclui o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

### TRÊS DAS PROPOSTAS APRESENTADAS ALTERAM O CÓDIGO PENAL PARA ESTABELECEM A POSSIBILIDADE DE CASTRAÇÃO QUÍMICA

PL 4239/2020 de autoria do deputado General Girão (PSL/RN), altera Código Penal e a Lei de Execução Penal institui a possibilidade de castração química e aumenta as penas. O autor informa que o projeto é basicamente uma reapresentação de proposta semelhante apresentada pelo então deputado Jair Bolsonaro, inclusive o texto da justificativa. O Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), também reapresentou a mesma proposta (vide o PL 4233/2020), mas sem fazer esse registro.

PL 4237/2020, de autoria do deputado Dr. Jaziel (PL/CE), estabelecer a castração química como causa de redução da pena nos crimes sexuais contra vulnerável. Essas propostas tem grande probabilidade de serem anexadas a propostas semelhantes que já tramitam na Casa, a exemplo do PL 5335/2019, PL 3396/2019 e PL 6194/2013.

## **NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS**

### **AJUSTES NO ECA E OUTRAS LEGISLAÇÕES NESSE CAMPO PARA ASSEGURAR MAIOR PROTEÇÃO E ANONIMATO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA**

PL 4300/2020, de autoria da deputada Rejane Dias (PT/PI), altera o ECA com o objetivo assegurar as crianças e os adolescentes vítimas de violência os mesmos direitos e garantias oferecidas a mulher vítima de violência doméstica: proteção policial; comunicação imediata ao Ministério Público e ao Poder Judiciário; transporte e abrigo quando houver risco de vida; afastamento do agressor do lar; e restrição de visitas, entre outros dispositivos previstos na Lei Maria da Penha.

PL 4306/2020, de autoria da deputada Lídice da Mata (PSB/BA), prevê o direito da criança ou adolescente de pleitear a exclusão de informações pessoais de sites de pesquisa ou de notícias que possam causar-lhe constrangimentos ou danos psicológicos e dá outras providências.

E o PL 4266/2020, de autoria do deputado Júlio Delgado (PSB/MG), institui pena de reclusão para quem divulgar nome, ato ou documento relativo à criança ou adolescente vítima de crime de estupro e ato libidinoso de vulnerável.

### **OBRIGATORIEDADE DE COMUNICAR ATOS DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS OU ADOLESCENTES**

Outro projeto da deputada Rejane Dias (PT/PI), o PL 4302/2020, prevê sanções às pessoas que presenciem atos de violência contra criança ou adolescente e deixem de comunicar o fato imediatamente a autoridade policial ou ao conselho tutelar.

### **ENTRE AS PROPOSTAS APRESENTADAS UMA SUGERE TRATAMENTO PARA O AGRESSOR**

PL 4246/2020, de autoria da deputada Marina Santos (SOLIDARI/PI), acrescenta os artigos ao Código Penal e ao ECA, com o objetivo de dar um tratamento médico e psicológico adequado ao agressor sexual que pratique os crimes contra crianças, adolescentes e pessoas vulneráveis.

## NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

### REQUERIMENTOS QUESTIONAM POSICIONAMENTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DE DIREITOS HUMANOS NO CASO A MENINA DE 10 ANOS ESTUPRADA

REQ 2187/2020, de autoria do deputado Marcelo Freixo (PSOL/RJ), requer o comparecimento da Ministra de Estado da Mulher, Família e Direitos Humanos, para prestar os devidos esclarecimento sobre os objetivos da visita dos técnicos da pasta ao Espírito Santo, bem como informar as funções que Sara Fernanda Giromini desenvolveu no Ministério e quais relações ainda mantém com assessores da pasta. E o RIC 1048/2020, de autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF), informações sobre a exposição do caso da criança de 10 anos, vítima de estupro, no estado do Espírito Santo.

RIC 1039/2020, de autoria da deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP), requer do Ministro Interino da Saúde, informações referentes à conduta omissiva do Ministério da Saúde no episódio da menina capixaba de dez anos vítima de estupro e que encontrou dificuldades para realização do aborto legal no SUS, bem como sobre as manifestações contrárias ao aborto legal por parte de dirigentes deste Ministério.

### SEGUE EM PAUTA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

PL 4252/2020, de autoria do deputado Delegado Antônio Furtado (PSL/RJ), institui a gratuidade temporária no sistema de transporte público coletivo do para mulheres vítimas de violência doméstica, durante a pandemia de COVID 19.

Já o RIC 1046/2020, de autoria do deputado Jorge Solla (PT/BA), requer ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, informações sobre a Política de Enfrentamento à Violência contra Mulheres durante a pandemia do Covid-19.

### E SEGUEM AS SUGESTÕES DE ALTERAÇÕES NA LEI MARIA DA PENHA

PL 4286/2020, de autoria da deputada Margarete Coelho (PP/PI), altera a Lei Maria da Penha, a fim de aprimorar o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher.

## NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

### INTERVENÇÃO NO CONSELHO NACIONAL E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL GERA PROTESTOS

PDL 372/2020, de autoria da deputada Tabata Amaral (PDT/SP) e mais 5, susta a Portaria 2.006, de 12 de agosto de 2020, que anula as designações promovidas pela Portaria nº 30, de 11 de dezembro de 2018, da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, para compor o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, no biênio 2019-2020.

Outro requerimento da deputada Tabata Amaral (PDT/SP) pede esclarecimentos sobre a anulação das designações de componentes do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, no biênio 2019-2020 (RIC 1007/2020).

### ATIVIDADES RELIGIOSAS COMO SERVIÇOS E ATIVIDADES ESSENCIAIS

PL 4311/2020, de autoria do deputado Cezinha de Madureira (PSD/SP), altera a Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989 para incluir as atividades religiosas no rol de serviços e atividades essenciais.

## VALE A PENA CONFERIR

Coletivos que, em 2018, ajudaram a construir o Festival pela Vida das Mulheres, em Brasília, durante a Audiência Pública sobre a ADPF 442, ação que pede a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação lançam o boletim Futuro do Cuidado - Justiça Reprodutiva em Tempos de Pandemia, que disseminará conteúdo sobre direitos sexuais e reprodutivos neste momento de crise sanitária, que nos traz tantas incertezas. A edição de agosto aborda novas descobertas científicas como o risco de transmissão do SARS-Cov-2 da gestante para o feto e discute a alta notificação de mortes maternas no Brasil durante a pandemia.

Entidades lançam campanha Tire os Fundamentalismos do Caminho! Pela Vida das Mulheres, para alertar a sociedade brasileira sobre o avanço dos fundamentalismos e o risco que isso representa para a vida das mulheres.

## VALE A PENA CONFERIR



### FORAM INÚMERAS AS MATÉRIAS PUBLICADAS SOBRE O CASO DA MENINA GRÁVIDA EM DECORRÊNCIA DO ESTUPRO, ENTRE ELAS:

Coluna Baderna Feminista, no Outras Palavras: Fundamentalismos: projeto contra a vida das mulheres, por SOS Corpo – Instituto Feminista pela Democracia

Portal Catarinas: “Quero voltar logo para jogar futebol”: a saga de uma criança para fazer o aborto no Brasil

Revista Piauí: A MENINA, O PODER E O DIREITO: Como assessores da ministra Damares Alves e militantes bolsonaristas criaram uma cadeia de pressões para impedir um aborto garantido na Constituição



Radar elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.